

DOCUMENTO BASE NACIONAL

LEGENDAS:

Cor preta: Texto original

Cor azul: Texto modificado

Cor vermelha: Texto incluído

Cor roxa: Texto que deverá constar no diagnóstico nacional

Palavras com tachado: Trecho do texto original que foi cortado.

Exemplo: ~~Trecho do texto original que foi cortado.~~

Palavras em letra maiúscula: Trecho do texto que foi modificado

Exemplo: TRECHO DO TEXTO QUE FOI MODIFICADO

Palavras sublinhadas: Trecho que a equipe sistematizadora indicou ou que não tem certeza quanto a mudança de redação.

Exemplo: Trecho que a equipe sistematizadora indicou ou que não tem certeza quanto a mudança de redação.

B. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos

1. Diante do quadro diagnóstico que se apresenta da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, muitos desafios devem ser enfrentados, o que exige tratar de aspectos conceituais que sustentam modos de formular e compreender este diagnóstico e que, mais do que isto, orientam políticas públicas de Estado.

1. Diante do quadro diagnóstico que se apresenta da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, muitos desafios devem ser enfrentados, o que exige tratar de aspectos conceituais E CULTURAIS que sustentam modos de formular e compreender este diagnóstico e que, mais do que isto, orientam políticas públicas de Estado.

2. Primeiramente cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos.

2. Primeiramente cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos e SABERES ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos.

3.Tratar a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. Desde o final da primeira metade do século XX, os sistemas nacionais de educação vêm decidindo seus rumos e filosofia a partir da prioridade política assumida por todos os Estados-nação que assinaram a referida Declaração. Entre nós, brasileiros, só em 1988 o direito à educação para todos voltou à Constituição Federal, devendo-se abandonar, portanto, qualquer lógica de oferta de atendimento como “oportunidade” e “chance” outorgadas à população. Como direito, a EJA é inquestionável e por isso tem de estar disponível para todos, ~~como preceituado pela Constituição Federal.~~

3. Tratar a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. Desde o final da primeira metade do século XX, os sistemas nacionais de educação vêm decidindo seus rumos e filosofia a partir da prioridade política assumida por todos os Estados-nação que assinaram a referida Declaração. Entre nós, brasileiros, só em 1988 o direito à educação para todos voltou à Constituição Federal, devendo-se abandonar, portanto, qualquer lógica de oferta de atendimento como “oportunidade” e “chance” outorgadas à população. Como direito, a EJA é inquestionável e por isso tem de estar disponível para todos **COMO MODALIDADE NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PRECEITUADO NA LEGISLAÇÃO NACIONAL, BEM COMO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA.**

4 EJA é espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; empregados ou desempregados – ~~de diferentes classes sociais~~; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; ~~pessoas com necessidades educacionais especiais~~ – todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA.

4 EJA é espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores, circenses, ciganos; trabalhadores: **EMPREGADOS E DESEMPREGADOS, ORIUNDOS MAJORITARIAMENTE DA CLASSE TRABALHADORA**; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA** – todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e execução de diferentes propostas **DE POLÍTICAS PÚBLICAS** de encaminhamentos para a EJA, respeitando a diversidade.

5A consciência do direito à educação cresce entre a população jovem e adulta excluída do sistema escolar, e faz com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a eles destinadas. Quem são

esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam?

5A consciência do direito à educação cresce entre a população jovem e adulta excluída do E NO sistema escolar, e faz com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a eles destinadas. Quem são esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam?

6Pensar sujeitos da EJA é trabalhar com e na diversidade. A diversidade se constitui das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, ~~peças com necessidades especiais~~, indígenas, afrodescendentes, descendentes de ~~portugueses e de outros~~ europeus, de asiáticos, entre outros. A diversidade que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar — que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da diversidade tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas políticas. ~~Propostas~~ que incluam a todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco o direito garantido pela Constituição de ser diferente.

6. Pensar sujeitos da EJA é trabalhar com e na diversidade. A diversidade se constitui das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, SURDOS, PESSOAS COM DISTINTAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, indígenas, afrodescendentes, descendentes de europeus, de asiáticos, entre outros. A diversidade que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar, AGIR — que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades INDIVIDUAIS, sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da EJA EM SUA diversidade tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, PROPOSTAS DE políticas públicas.que incluam a todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco o direito garantido pela Constituição de ser diferente.

INCLUSÃO: 6.a. Garantia da inclusão de pessoas com deficiências em classe de EJA, com suas devidas adaptações e flexibilidades, curriculares e físicas, com programas de formação inicial e continuada a professores atentando para as especificidades desta modalidade.

~~7. A desigualdade tem sido a marca da diversidade em nosso país, conforme demonstrado no diagnóstico anterior. Para 49,5% da população, por exemplo, constituída por negros (pretos e pardos), e por 0,3% de indígenas, fazer valer seus direitos na prática é resultado de lutas encabeçadas por movimentos sociais.~~

7.A DIVERSIDADE FOI TRANSFORMADA EM DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA PELO MODELO DA SOCIEDADE CAPITALISTA , conforme demonstrado no diagnóstico anterior. Para 49,5% da população, por exemplo, constituída por negros (pretos e pardos), e por 0,3% de indígenas, fazer valer seus direitos na prática é resultado de lutas encabeçadas pelos movimentos da sociedade.

8.A EJA, na medida em que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos, ~~quebra~~ a lógica de que uns valem mais do que outros, enfrentando as desigualdades como desafios a serem superados pela sociedade brasileira. Potencializar a diversidade na educação pode contribuir para a transformação social e para a formulação de propostas educativas que ponham esses sujeitos de energia, imaginação e criatividade no centro, com seus desejos, necessidades e expectativas de educação — um dos meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, como de toda a sociedade brasileira.

8. A EJA, na medida em que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos, AINDA PRECISA QUEBRAR a lógica de que uns valem mais do que outros, enfrentando as desigualdades como desafios a serem superados pela sociedade brasileira. Potencializar a diversidade na educação pode contribuir para a transformação social e para a formulação de propostas educativas que ponham esses sujeitos de energia, imaginação e criatividade no centro, com seus desejos, necessidades e expectativas de educação, CULTURA, SABERES E HÁBITOS — um dos meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, como de toda a sociedade brasileira.

9.A diversidade transformada em desigualdade tem assumido um duro papel para a cidadania em toda a história brasileira. Considerada a sociedade de classes, hierárquica e autoritária que constituiu a nação, há exigência de políticas de Estado para superar a desigualdade.

10. A produção de uma política pública de Estado para a EJA, centrada em sujeitos jovens e adultos com a expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira é responsabilidade de governos e da sociedade com todos os seus cidadãos, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão de que a desigualdade se vale.

10. A produção de uma política pública de Estado para a EJA, centrada em sujeitos jovens, adultos E IDOSOS com a expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira é responsabilidade de governos e da sociedade com todos os seus cidadãos, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de EXPLORAÇÃO E exclusão de que a desigualdade se vale.

11. A EJA, como espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, tensionadas pelas culturas de jovens, adultos e idosos tem, muitas vezes, essas relações tratadas como problemas. As formas de expressão conflituam com padrões homogêneos, exigindo acolher a discussão de juventudes, do tempo de vida adulta e de velhices, no plural.

12. O Brasil ainda é um país jovem, e dessa cultura é preciso dar conta. Grupos jovens têm questões próprias, ligadas às formas de ser e de estar no mundo, de expressar suas juventudes, sua cultura, seus desejos e sonhos futuros. Formas de ser constituídas, também, na luta cotidiana no mundo do trabalho e da sobrevivência, na exposição às vulnerabilidades sociais de violência, vítimas de altos índices de homicídio — situações que contribuem para afastá-los da possibilidade de acesso e permanência na escola e de torná-los sujeitos de processos de formação e de humanização. O reconhecimento de maciça presença de grupos etários integrantes da categoria histórica jovem, de juventudes nos processos educacionais, tem sido denominado de juvenização da EJA,

imprimindo também a necessidade de foco sobre esses sujeitos nas ofertas educativas.

13 Idosos começam a representar um número bastante significativo na população brasileira e tenderão a representar cada dia mais, face ao aumento da expectativa de vida (vive-se mais, portanto) e ao envelhecimento considerável de um significativo contingente de população. Em decorrência dessas constatações, o Brasil hoje começa a compreender a importância de se preocupar com a qualidade de vida e com os direitos dos brasileiros com 60 anos e mais, haja vista a aprovação do Estatuto do Idoso. Por um lado, a existência de idosos que não se escolarizaram, ou nem se alfabetizaram, no país, ainda responde por grande parte do contingente não-alfabetizado. Por outro, a concepção do aprender por toda a vida exige repensar políticas que valorizem saberes da experiência dos que ~~não mais vinculados ao trabalho~~, podem continuar contribuindo para a produção cultural, material e imaterial da nação brasileira, com dignidade e autonomia, ~~mudando-se a tendência histórica de relegá-los ao ócio e a atividades pouco criativas~~ e que não possibilitam assumir compromissos sociais com o legado de uma vida, na transmissão da herança cultural.

13. Idosos começam a representar um número bastante significativo na população brasileira e tenderão a representar cada dia mais, face ao aumento da expectativa de vida (vive-se mais, portanto) e ao envelhecimento considerável de um significativo contingente de população. Em decorrência dessas constatações, o Brasil hoje começa a compreender a importância de se preocupar com a qualidade de vida e com os direitos dos brasileiros com 60 anos e mais, haja vista a aprovação do Estatuto do Idoso. Por um lado, a existência de idosos que não se escolarizaram, ou nem se alfabetizaram, no país, ainda responde por grande parte do contingente não-alfabetizado. Por outro, a concepção do aprender por toda a vida exige repensar políticas PÚBLICAS DE ESTADO que valorizem saberes da experiência DOS QUE podem continuar contribuindo para a produção cultural, material e imaterial da nação brasileira, com dignidade e autonomia, que possibilitam assumir compromissos sociais com o legado de uma vida, na transmissão da herança cultural.

14 A EJA também é constituída predominantemente por jovens e adultos residentes nas periferias urbanas. O mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país. Encontram-se nas periferias urbanas, índices e situações humanas mais ~~degradáveis~~, dentre as quais precárias condições de moradia, de saneamento básico e insuficientes equipamentos públicos como postos de saúde, escolas, praças, agravados com o crescente nível de violência. De lá também se acompanha o surgimento de iniciativas comunitárias que levam milhares de jovens e adultos a participar de atividades culturais e econômicas criando identidades e expressando a diversidade ali existente.

14 A EJA também é constituída predominantemente por jovens, adultos e idosos residentes nas periferias urbanas. O mapa do analfabetismo e dos sujeitos pouco escolarizados se confunde com o mapa da pobreza em nosso país. Encontram-se nas periferias urbanas, índices e situações humanas mais DEGRADANTES, dentre as quais precárias condições de moradia, de saneamento básico, DE TRABALHO e insuficientes equipamentos públicos como postos de saúde, escolas, praças, agravados com o crescente nível de violência. De lá também se acompanha o surgimento de iniciativas comunitárias que levam milhares de jovens e adultos a participar de atividades culturais, DE GERAÇÃO DE TRABALHO e DE MAIS ATIVIDADES econômicas criando identidades e expressando a diversidade ali existente.

INCLUSÃO: 14 a. Garantir políticas educacionais específicas que atendam aos sujeitos de faixa etária de 14 a 18 anos na educação básica, dita regular.

15 Encarar na EJA a diversidade como substantiva na constituição histórico-social-cultural e étnico-racial brasileira exige superar como únicos ou superiores o padrão físico, a mentalidade, a visão de mundo, a ética de raiz europeia, branca, que têm favorecido grupos sociais, privilegiando-os tanto economicamente como nas possibilidades de influir nas decisões políticas sobre os rumos da sociedade. Exige superar preconceitos que reforçam as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Exige reeducar as relações étnico-raciais, tal como prevê a atual legislação.

15 Encarar na EJA a diversidade como substantiva na constituição histórico-social-cultural e étnico-racial brasileira exige superar como únicos ou superiores o padrão físico, a mentalidade, a visão de mundo, a ética CAPITALISTA de raiz europeia OCIDENTAL, branca, HETEROSSEXUAL, que têm favorecido grupos sociais, privilegiando-os tanto economicamente como nas possibilidades de influir nas decisões políticas sobre os rumos da sociedade. Exige superar preconceitos que reforçam as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Exige reeducar as relações étnico-raciais, tal como prevê a atual legislação.

16 Em todos os níveis e modalidades de ensino, as relações entre estudantes e entre eles e seus professores reproduzem relações sociais e étnico-raciais, presentes no dia-a-dia de todos os brasileiros. São conhecidas as discriminações que sofrem indígenas e negros, em virtude de seu pertencimento étnico-racial, de seu fenótipo, de suas condições de vida e de sobrevivência. Preconceitos, forjados a partir de estereótipos, de visão distorcida do universo indígena, das raízes africanas, informam julgamentos depreciativos que geram e/ou reforçam desvantagens materiais e simbólicas. Os movimentos negros brasileiros, ao longo do século XX, fizeram denúncias, apresentaram críticas à sociedade e propostas aos sistemas de ensino. Muitas reivindicações foram atendidas e incorporadas aos textos legais e a partir daí princípios, referências para a formulação de políticas educacionais, de propostas pedagógicas, de planos de ensino e diretrizes curriculares passaram a orientar a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

16. Em todos os níveis e modalidades de ensino, as relações entre estudantes e entre eles e seus professores reproduzem relações sociais e étnico-raciais, presentes no dia-a-dia de todos os brasileiros. São conhecidas as discriminações que sofrem indígenas, MULHERES e negros, em virtude de seu pertencimento étnico-racial, DE GÊNERO e de seu fenótipo, de suas condições de vida e de sobrevivência. Preconceitos, forjados a partir de estereótipos, de visão distorcida do universo indígena, das raízes africanas informam julgamentos depreciativos que geram e/ou reforçam desvantagens materiais e simbólicas. Os movimentos negros brasileiros, ao longo do século XX, fizeram denúncias, apresentaram críticas à sociedade e propostas aos sistemas de ensino. Muitas reivindicações foram atendidas e incorporadas aos textos legais E PASSARAM A ORIENTAR A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E O ENSINO DA HISTÓRIA, CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E DOS POVOS INDÍGENAS EM TODO O CURRÍCULO ESCOLAR.

17 As relações de gênero no país têm sofrido mudanças consideráveis nas últimas décadas e as mulheres avançaram em direitos nos muitos aspectos da vida cotidiana – trabalho, educação, saúde, moradia, segurança —, em particular, com estratégias de

sobrevivência ao machismo. Com muitas questões a enfrentar como, por exemplo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função profissional, pode-se dizer que, entretanto, no campo educacional, só as gerações mais velhas ainda revelam a discriminação de há 60-70 anos contra as mulheres, quando não merecia importância a ida à escola, o saber ler e escrever, o conhecimento sistematizado. Nas gerações mais novas, a tendência tem sido inversa, observando-se um número superior de mulheres que acessam a educação, em relação aos homens. Muitas mulheres vivem problemas de ~~duplas~~ jornadas e, também, de assumirem sozinhas a chefia da família uniparental, em que a mulher garante o sustento e a educação dos filhos com o trabalho, sem que, muitas vezes, possa educar-se, seja pelo tempo escasso, seja pelos horários de oferta inadequados à realidade de vida dessas famílias.

17. As relações de gênero no país têm sofrido mudanças consideráveis nas últimas décadas e as mulheres avançaram em direitos nos muitos aspectos da vida cotidiana – trabalho, educação, saúde, moradia, segurança, política, lazer — em particular, com estratégias de sobrevivência ao machismo. Com muitas questões a enfrentar como, por exemplo, a desigualdade salarial entre homens e mulheres na mesma função profissional, ENTRE OCUPAÇÕES E REMUNERAÇÕES DE MULHERES NEGRAS E BRANCAS, ASSOCIADO AO LUGAR DE CLASSE AO QUAL ESSAS MULHERES PERTENCEM. Pode-se dizer que, entretanto, no campo educacional, só as gerações mais velhas ainda revelam a discriminação de há 60-70 anos contra as mulheres, quando não merecia importância a ida à escola, o saber ler e escrever, o conhecimento sistematizado. Nas gerações mais novas, a tendência tem sido inversa, observando-se um número superior de mulheres que acessam a educação E MESMO ASSIM DISCRIMINADAS, em relação aos homens. Muitas mulheres vivem problemas de MÚLTIPLAS jornadas e, também, de assumirem sozinhas a chefia da família uniparental, em que a mulher garante o sustento e a educação dos filhos com o trabalho, sem que, muitas vezes, possa educar-se, seja pelo tempo escasso, seja pelos horários de oferta inadequados à realidade de vida dessas famílias.

18 A sociedade brasileira ainda não reparou iniquidades e desigualdades provocadas pela lógica dos latifúndios, retomada pela apropriação, por parte do agronegócio, da exploração da terra. O uso e posse da terra têm sido objeto de lutas históricas de diferentes movimentos dos povos do campo. Defendem um projeto de desenvolvimento do campo em outro projeto de nação. As lutas pelo direito à educação se articulam às lutas pela terra, pela preservação da cultura camponesa, afirmadas nas conferências nacionais e nas diretrizes da educação do campo. Não mais a educação no campo, mas a educação do campo, vista como espaço de vida, culturas, saberes e identidades.

18. A sociedade brasileira ainda não reparou iniquidades e desigualdades provocadas pela lógica dos latifúndios, retomada pela apropriação, por parte do agronegócio, da exploração da terra, BIOTECNOLOGIA E INDUSTRIALIZAÇÃO. O uso e posse da terra têm sido objeto de lutas históricas de diferentes movimentos dos povos do campo. Defendem um projeto de desenvolvimento do campo em outro projeto de nação. As lutas pelo direito à educação se articulam às lutas pela terra, pela preservação da cultura camponesa E PELA GARANTIA DE ACESSO AOS DIVERSOS BENS CULTURAIS, afirmadas nas conferências nacionais e nas diretrizes da educação do campo. Não mais a educação no campo, mas a educação do campo, vista como espaço de vida, culturas, saberes e identidades.

19 No que concerne aos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais, à

defesa da educação inclusiva e ao direito à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é reconhecida a presença significativa dessas pessoas na EJA, ~~que desafiam~~ políticas públicas educacionais ~~quanto ao cumprimento do respeito às~~ suas especificidades.

19. No que concerne aos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais, à defesa da educação inclusiva e ao direito à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é reconhecida a presença significativa dessas pessoas na EJA, SENDO NECESSÁRIAS políticas públicas educacionais QUE ATENDAM as suas especificidades.

20. Os 227 povos indígenas brasileiros, falantes de 180 línguas, por determinação da Constituição de 1988, passam a ter reconhecidos e respeitados o direito a seus territórios, a suas especificidades étnicas, socioculturais, a suas organizações políticas e, com apoio na lei maior, buscam determinações legais necessárias para terem atendidas suas metas, particularmente no tocante à educação escolar e superior indígenas. Contemporaneamente, as organizações de povos indígenas têm ocupado lugar no cenário brasileiro, especialmente no que diz respeito à educação de sua gente e à formação de seus educadores. Buscam garantir o direito a manter e disseminar a herança educativo-cultural que os forma como grupo humano diverso: o bilingüismo, que reconhece e valoriza línguas nativas; a interculturalidade, própria do projeto de educação indígena, princípio educativo para a formação de cidadãos — importantes contribuições para a educação brasileira.

21. Tanto os remanescentes de quilombos formados durante a escravidão, como os quilombos constituídos em outras datas e circunstâncias têm assegurado na lei, nos termos da Constituição Federal de 1988, o direito às terras que historicamente ocupam, aos territórios e expressões materiais e imateriais que vêm construindo. No tocante à educação, ~~programas e projetos procuram preservar e valorizar~~ marcas de suas culturas, destacando a importância da resistência de afrodescendentes à escravatura e mantendo tradições e concepções de mundo resguardadas durante anos em agrupamentos zelosos de seus saberes e de seu conhecimento. Processos educativos em quilombos, oferecidos pelos sistemas de ensino ainda devem superar o caráter assimilacionista.

21 Tanto os remanescentes de quilombos formados durante a escravidão, como os quilombos constituídos em outras datas e circunstâncias, têm assegurado na lei, nos termos da Constituição Federal de 1988, o direito às terras que historicamente ocupam, aos territórios e expressões materiais e imateriais que vêm construindo. No tocante à educação, É PRECISO DEFINIR POLÍTICAS DE ESTADO QUE PRESERVEM E VALORIZEM AS marcas de suas culturas, destacando a importância da resistência de afrodescendentes à escravatura e mantendo tradições e concepções de mundo resguardadas durante anos em agrupamentos zelosos de seus saberes e de seu conhecimento. Processos educativos em quilombos, oferecidos pelos sistemas de ensino ainda devem superar o caráter assimilacionista.

22. A tutela do Estado em relação a internos penitenciários tem sido um aspecto muito questionado pela sociedade, quanto ao custo de manutenção de sujeitos privados de liberdade, por um lado, e pelas condições indignas de vida a que estes são submetidos, como uma “pena” complementar à condenação da justiça, por outro. A responsabilidade constitucional do Estado com a educação para todos não exclui ninguém, nem internos penitenciários, e especialmente estes, privados de escolhas, porque mantidos em cárcere. Mas a educação, quando ofertada em presídios, compete com o trabalho, e em desvantagem: pelo trabalho há remuneração financeira de que precisam internos e suas

famílias, além do que é visto como saída para manter internos ocupados, e medida de ressocialização. A remição de um dia de pena pela educação, quando existe, exige 18h de estudos, enquanto o trabalho faz a remição de um dia para cada três trabalhados. A rede de escolas em presídios, onde existe, tem pouca visibilidade social, ainda que algumas com atividades há cerca de 30 anos sem, entretanto, atender a todos os internos que constituem potencial demanda, e com pouca expansão da oferta. Durante o tempo de privação da liberdade, a educação pode ser alternativa real de vida, consolidando um dos muitos direitos não garantidos à maioria dos sujeitos presos.

INCLUSÃO: 22.a. Estabelecer políticas públicas que atendam a necessidade educacional de EJA da diversidade dos sujeitos em condição de tutela do Estado, privados de liberdade, condenados ou não, como também dos dependentes químicos e de clínicas públicas de recuperação.

INCLUSÃO: 22 b. Pensar os sujeitos da EJA implica em situar também as especificidades dos seus educadores/professores, os quais configuram percursos que respeitam e procuram articular o processo pedagógico às particularidades dos sujeitos jovens, adultos e idosos, que envolve a necessidade de adequação, tanto curricular, como de organização e validação dos tempos escolares. Há uma docência que se constitui conjuntamente com um estatuto próprio de EJA, na produção e acúmulo de saberes teórico-metodológicos, o que nos leva a defender uma sólida formação para a docência na EJA, também em nível superior.

Estratégias didático-pedagógicas para a EJA

23. A EJA, historicamente, tem-se caracterizado por tentar articular processos de aprendizagem que ocorrem na escola, segundo determinadas regras e lógicas do que é saber e conhecer, com processos que acontecem com homens e mulheres por toda a vida — em todos os espaços sociais, na família, na convivência humana, no mundo do trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, em entidades religiosas, na rua, na cidade, no campo, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais, nos ambientes virtuais multimídia etc., cotidianamente, e o tempo todo.

24. A EJA vem tentando perceber esses processos tão presentes no cotidiano, resultantes de estratégias didáticas que possibilitam esses aprendizados. São frutos da experiência e da ação inteligente de sujeitos no mundo, segundo a ordem de necessidade em relação ao que se quer – ou se precisa – aprender.

25. Outros processos são marcados pela intenção de conhecer e educar em determinados campos, transformando modos de ver e agir em certas situações como, por exemplo, de atitudes emancipadoras das mulheres; de posturas ambientais, que alteram significativamente a lógica de riqueza e da exploração infinita da natureza; de assunção de direitos humanos, que exigem tratamento de iguais, para todos os homens e mulheres, deixando ressurgir a diversidade de que são constituídos; de reconhecimento do lugar de trabalhador para além da submissão ao mercado, pensando-se produtor da vida, pela ação do trabalho etc.

26. As estratégias didático-pedagógicas da EJA também tentam superar outros processos ainda marcados pela organização social da instituição escola, hierarquizada como um sistema verticalizado, com saberes e conhecimentos tomados como “conteúdos”, ~~sem os quais o sujeito não adquire a legitimidade pelo que sabe.~~

26 As estratégias didático-pedagógicas da EJA também tentam superar processos ainda marcados pela organização social da instituição escola, hierarquizada como um sistema verticalizado, EM UMA LÓGICA DISCIPLINAR, com saberes e conhecimentos tomados como “conteúdos” FRAGMENTADOS E ESTÁTICOS, DISTANTES DA REALIDADE E ACRÍTICOS.

INCLUSÃO 26 a - FaZ-SE NECESSÁRIA A SUPERAÇÃO DA LÓGICA DA SUPLÊNCIA, QUE SE CONFIGUROU NUMA DIMENSÃO PEDAGÓGICA, TECNICISTA, ETAPISTA E MODULAR, CONTEUDISTA, DE ACELERAÇÃO E CERTIFICAÇÃO, BEM COMO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO OU A DISTÂNCIA, REPRODUZINDO A SERIAÇÃO DA QUAL O EDUCANDO JÁ FOI EVADIDO E, PORTANTO, DANDO CONTINUIDADE A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL.

27. A EJA ~~reconhece que todas essas situações~~ em espaços de aprendizados acontecem mediadas por linguagens/ferramentas diversas, de maior ou menor complexidade técnica e tecnológica, de caráter artesanal ou manufaturado, de usos simples ou complexos, manuais ou eletrônicos, resultantes de trabalho humano ou planejado para ser executado pela robótica, pela inteligência artificial.

27 A EJA ACONTECE EM DIFERENTES espaços -TEMPOS de APRENDIZAGENS mediadas por linguagens/ferramentas diversas, de maior ou menor complexidade técnica e tecnológica, de caráter artesanal ou manufaturado, de usos simples ou complexos, manuais ou eletrônicos, resultantes de trabalho humano ou planejado para ser executado pela robótica, pela inteligência artificial.

28. Dada a diversidade de sujeitos da EJA, as estratégias didático-pedagógicas não prescindem da presença humana, da interação, da troca, do diálogo, pela certeza de que aprender exige ação coletiva, entre sujeitos com saberes variados, mediados ou não por velhas e novas linguagens tecnológicas.

29. Na contemporaneidade não se pode descartar o papel das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) pelo que têm possibilitado ao desenvolvimento de processos de aprendizado, acelerado o ritmo e a quantidade de informações que são disponibilizadas, favorecido o surgimento de novas linguagens e sintaxes, enfim, criado novos ambientes de aprendizagem que se podem pôr a serviço da humanização e da educação de sujeitos. Vai se do real ao virtual, do analógico ao digital, educam-se novos gostos, escolhas, percepções para a qualidade da imagem, do movimento, da capacidade de alcançar regiões e locais remotos nunca antes imaginados, em tempo real, sem defasagens que lembrem distâncias e longas esperas.

30. As TICs se espalham na prática social de forma irrecorrível, mudando a vida, as relações e as lógicas de apropriação do tempo e do espaço, agora submetidos a novos ordenamentos e apreensões. Convive-se com antigas tecnologias, mas não se abre mão das novas em todos os campos da vida social e cuida-se de evitar que novas exclusões sejam processadas. Todos os sujeitos se vêem diante de um novo mundo de informações e linguagens / ferramentas, mas mesmo a apreensão desigual dessas linguagens / ferramentas e do fazer este mundo inclui a todos, sem escolha, mas com diferentes graus de acesso: códigos de barra, cartões eletrônicos, celulares estão na realidade cotidiana, mesmo quando se é levado a pensar no conceito que ameaça o direito, mais uma vez: o de exclusão digital.

31. Do ponto de vista do que faz a escola — e do que sempre fez, embora as expectativas sejam quase as mesmas por parte de jovens e adultos, cabe à EJA repensar o papel que ela deve desempenhar para mobilizar esses sujeitos à retomada de seu percurso educativo. ~~Se muitos deles têm histórias de fracasso, de não-aprendizados, de frustrações, é possível repetir modelos e manter fórmulas de lidar com a infância na relação entre sujeitos jovens e adultos? Se ler e escrever são indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social, como atuar para que jovens e adultos aprendam e se apropriem dessas técnicas?~~ Ao longo da vida, jovens e adultos aprenderam e, portanto, detêm saberes que não podem ser ignorados. ~~De que forma trazer para o currículo estes saberes e fazê-los dialogar produtivamente na escola? Em que tempo, com que organização? Como saber o que sabem jovens e adultos? A avaliação processual pode ajudar? De que forma? O que mais importa: aprender ou certificar?~~

31. Do ponto de vista do que faz a escola — e do que sempre fez, embora as expectativas sejam quase as mesmas por parte de jovens e adultos, cabe à EJA repensar o papel que ela deve desempenhar para mobilizar esses sujeitos à retomada de seu percurso educativo. AS histórias de fracasso, de não-aprendizados, de frustrações INDICA A IMPOSSIBILIDADE DE repetir modelos e manter fórmulas de lidar com a infância na relação entre sujeitos jovens e adultos. Ler e escrever são indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social IMPLICANDO EM QUE AÇÕES PEDAGÓGICAS COM jovens e adultos GARANTAM A APREENSÃO E APROPRIAÇÃO DA LECTO-ESCRITURA. Ao longo da vida, jovens e adultos aprenderam e, portanto, detêm saberes que não podem ser ignorados NA CONSTRUÇÃO DOS currículos QUE DEVEM dialogar produtivamente na escola. A avaliação processual pode AVANÇAMOS NA IMPORTÂNCIA DE APRENDER SOBRE certificar.

32. Tempos na organização da EJA são fundamentais para possibilitar que aprendizados escolares se façam. Para além dos instituídos, cabe instituir tempos outros, ~~de forma a~~ atender a diversidade de modos pelos quais jovens e adultos podem estar na escola e aprender. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso organizar tempos flexíveis, ~~segundo as possibilidades de cada grupo pode contribuir, em muito, para garantir~~ a permanência e o direito à educação.

32. Tempos-ESPAÇOS na organização da EJA são fundamentais para possibilitar que aprendizados escolares se façam. Para além dos instituídos, cabe instituir tempos-ESPAÇOS outros, SEM ACELERAR/ALIGEIRAR EDUCANDOS EM PROCESSOS DE APRENDIZAGEM, PARA atender a diversidade de modos pelos quais jovens e adultos podem estar na escola e aprender. São as necessidades da vida, desejos a realizar, metas a cumprir que ditam as disposições desses sujeitos, e por isso organizar E ASSEGURAR tempos-ESPAÇOS flexíveis, EM TODOS OS SEGMENTOS, GARANTINDO a permanência e o direito à educação.

33. As políticas de alfabetização e de EJA vêm disputando concepções sobre o que é alfabetizar e garantir o direito à educação para sujeitos de EJA. A perspectiva de formar leitores e escritores autônomos, que dominem o código lingüístico, mas que também sejam capazes de atribuir sentidos e recriar histórias, pela escrita, sem prejuízo de outras formas de expressão como imagens vai além do que tem sido observado em muitas práticas de alfabetização e de EJA. O mundo contemporâneo exige o leitor de diversos

códigos, do múltiplo, do diverso, perspicaz na interpretação e com capacidade de, dando asas à imaginação, atribuir sentidos com toda a liberdade, para além da oralidade, campo em que sujeitos jovens e adultos são competentes.

34. Um currículo para a EJA não pode ser previamente definido, se não passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, e com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados. Reconfigurar currículos é tarefa de diálogo ~~entre especialistas, professores e até mesmo de estudantes~~. Não é desafio individual, mas coletivo, de gestão democrática, que exige pensar mais do que uma intervenção específica: exige projeto político-pedagógico para a escola de EJA como comunidade de trabalho/aprendizagem em rede, em que a diversidade da sociedade esteja presente.

34. Um currículo para a EJA não pode ser previamente definido, se não passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, e com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados. Reconfigurar currículos é tarefa de diálogo entre **TODOS OS SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR**. Não é desafio individual, mas coletivo, de gestão democrática, que exige pensar mais do que uma intervenção específica: exige projeto político-pedagógico para a escola de EJA como comunidade de trabalho/aprendizagem em rede, em que a diversidade da sociedade esteja presente.

35. A tarefa de reconfigurar currículos impõe ~~a formação docente continuada~~, como professor pesquisador, porque por meio dela professores e educadores poderão revelar seus fazeres e ressignificar seus dizeres, a partir do que, efetivamente, sabem e pensam. À formação inicial e continuada de professores, fazendo real o papel de um sistema, cabe contribuir para a qualidade do ensino, nos termos que vêm sendo explicitados neste documento.

35. A tarefa de reconfigurar currículos impõe **UMA POLÍTICA DE ESTADO QUE GARANTA FORMAÇÃO CONTINUADA**, como professor pesquisador **EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E STRICTO SENSU, BEM COMO DE EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E EM SERVIÇO**, porque por meio **DELAS** professores e educadores poderão revelar seus fazeres e ressignificar seus dizeres, a partir do que, efetivamente, sabem e pensam. À formação inicial e continuada de professores, fazendo real o papel de um sistema, cabe contribuir para a qualidade do ensino, nos termos que vêm sendo explicitados neste documento.

36. Povos do campo defendem ~~programas~~ de formação de educadores e de professores ~~para a especificidade de sua educação~~. ~~Defendem, assim, projetos de EJA para a diversidade dos povos do campo~~.

36. Povos do campo defendem **POLÍTICAS PÚBLICAS** de formação de educadores e de professores **QUE CONTEMPLAM A MATRIZ CULTURAL-IDENTITÁRIAS DOS POVOS DO CAMPO PARA A ESPECIFICIDADE DE SUA EDUCAÇÃO**.

37. A avaliação na EJA também implica enfrentar o desafio e a lógica perversa da cultura hierárquica e submissa que formou o povo brasileiro. Mais do que pôr “cada um em seu lugar”, pensamento a ser abandonado, cabe agora pensar de que modo cada

sujeito se apropria dos conhecimentos e os faz seus, para si, para sua comunidade, para a sociedade. Esta avaliação remete à necessidade de certificação, referendo de um sistema de reconhecimento formal na sociedade. Como documento burocrático, o certificado muitas vezes tem sido o motor que conduz jovens e adultos de volta à escola, sem que esta se dê conta de estar diante de uma bela oportunidade de transformar a expectativa inicial dos sujeitos, minimizando seu valor, e maximizando o valor do conhecer e da competência de jovens e adultos pelos aprendizados realizados.

38. Ao longo da história recente, muitos programas e projetos — governamentais e não-governamentais — produziram lições que devem ser aprendidas por educadores, dirigentes e gestores públicos, para que se avance em relação aos desafios que se mantêm, e sobre os quais muito do que já foi produzido poderia evitar que os mesmos erros se repetissem. Em parceria ou não, a perspectiva primeira de que há forte fragmentação na oferta pode possibilitar uma nova leitura, se se trabalhar sob a ótica da diversidade.

38. Ao longo da história recente, MUITOS MOVIMENTOS, programas e projetos — governamentais e não-governamentais — produziram lições que devem ser aprendidas por educadores, DIRIGENTES e gestores públicos, para que se avance em relação aos desafios que se mantêm, e sobre os quais muito do que já foi produzido poderia evitar que os mesmos erros se repetissem. Em parceria ou não, a perspectiva primeira de que há forte fragmentação na oferta pode possibilitar uma nova leitura, de se trabalhar sob a ótica da diversidade. TAIS MOVIMENTOS, PROGRAMAS E PROJETOS DEVEM SER ELEMENTOS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE ESTADO PARA A ÁREA, DO QUAL É EXEMPLO O PRONERA, E DEVEM ESTAR INTEGRADOS À EJA COMO MODALIDADE DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

COLOCAR NO DIAGNÓSTICO³⁹. Programas voltados a públicos específicos exigem sua manutenção como tal, ainda que devam estar integrados à EJA como modalidade do sistema de educação básica. Programas como Integrar e Integração, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), nascido da interlocução e parceria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o governo federal; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), destinado a públicos juvenis que apontam necessidades e culturas próprias e reclamam atenção no que diz respeito ao cumprimento do preceito constitucional da educação básica; Educando para a Liberdade, voltado para jovens e adultos privados de liberdade; Concurso Literatura para Todos, que visa a aproximar o leitor comum da literatura, valorizando escritos de novos autores por meio de um concurso e estabelecendo referências para o que seja produzir literatura para jovens e adultos com pouca ou baixa intimidade com obras literárias; Arca das Letras, Telecentros etc. são algumas de muitas iniciativas que compõem o espectro de atendimento a jovens e adultos, carecendo de maior compreensão e aproximação. SUPRESSAO E ENCAMINHAMENTO PAR O DIAGNOSTICO

40. Programas que associam a modalidade EJA a formas de atendimento na educação profissional ~~também têm contribuído para alterar o quadro de oferta, mas principalmente, o quadro referencial quanto ao que é fazer educação básica integrada à educação profissional na modalidade EJA. Outra exigência na constituição de currículos é a de reconhecer competências profissionais como conteúdo e saberes já portados por jovens e adultos, alterando a forma de produzir currículo na escola.~~

40. Programas que associam a modalidade EJA a formas de atendimento na educação profissional, A EXEMPLO DO PROEJA, DEVEM SER CONSOLIDADOS COMO POLÍTICA DE ESTADO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

41. Todas as estratégias didático-pedagógicas, em síntese, quando adotadas criticamente, podem melhor dimensionar o fazer escolar na EJA e a participação dos ~~estudantes~~, sem perder as especificidades que movem, prioritariamente, os sujeitos que desejam aprender.

41. Todas as estratégias didático-pedagógicas, em síntese, quando adotadas criticamente, podem melhor dimensionar o fazer escolar na EJA e a participação dos EDUCANDOS, sem perder as especificidades que movem, prioritariamente, os sujeitos que desejam aprender.

INCLUSÃO: 41.a. Assegurar política de formação inicial e continuada aos educadores/PROFESSORES da EJA, que garanta reflexão, análise e produção de materiais significativos para e com os educandos respeitando suas diversidades.

INCLUSÃO: 41.b. Garantir espaços presenciais entre o educando e o educador possibilitando o diálogo para fins de ensino-aprendizagem com qualidade social.

Intersetorialidade da EJA

42. Quando se trata de reconhecer a intersetorialidade da EJA é um desafio dialogar com o campo do trabalho, da saúde, do meio ambiente, das culturas da comunicação, entre outros aspectos.

42. Quando se trata de reconhecer a intersetorialidade da EJA é um desafio dialogar com o campo do trabalho, da saúde, do meio ambiente, das culturas da comunicação, entre outros aspectos, **COMPREENDENDO QUE AS POLÍTICAS PARA ESSAS ÁREAS DEVEM SER COMPLEMENTARES E NÃO CONCORRENTES À EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS.**

INCLUSÃO: 42.a – A relação da EJA com o mundo do trabalho deve garantir a escolarização geral e profissional, superando programas destinados à aceleração da escolarização, não visando apenas a preparação para o trabalho.

43. A perspectiva de uma relação EJA/trabalho que retome o conceito de formação integral dos cidadãos e cidadãs na produção de sua existência, no processo de transformação da natureza, enfrenta o reducionismo do que se convencionou chamar de mercado de trabalho. É possível continuar pensando que jovens e adultos devem exclusivamente se preparar para competir no mercado de trabalho, em uma sociedade marcada pela dinâmica excludente do capitalismo? ~~Existe efetivamente espaço para esses jovens e adultos no desenho de ocupações que o sistema capitalista vem assumindo nos últimos anos? É possível construir outros espaços de produção de existência material e imaterial não baseados em destituição do outro, no individualismo e na competição?~~ Parte desta reflexão sobre jovens e adultos e o mundo do trabalho deve reconhecer o que a economia solidária produz no Brasil, como uma das muitas possibilidades de enfrentamento de modelos padronizados pelo sistema capitalista para a geração de sustentabilidade e renda. Iniciativas como organização de associações e cooperativas de produção e renda, revitalização da agricultura familiar e descoberta de novos campos produtivos que respeitem a vocação local e condições ambientais são

desafios para jovens e adultos trabalhadores.

43. A perspectiva de uma relação EJA/trabalho que retome o conceito de formação integral dos cidadãos e cidadãs na produção de sua existência, no processo de transformação da natureza, enfrenta o reducionismo do que se convencionou chamar de mercado de trabalho. É possível continuar pensando que jovens e adultos devem exclusivamente se preparar para competir no mercado de trabalho, em uma sociedade marcada pela dinâmica excludente do capitalismo? É POSSÍVEL PERCEBER QUE O MOTIVO PRINCIPAL PARA O EDUCANDO RETORNAR À SALA DE AULA AINDA É O MERCADO DE TRABALHO, POIS BUSCA NUM PRIMEIRO MOMENTO A CERTIFICAÇÃO, MAS ATRAVÉS DE AÇÕES DA ESCOLA E DO EDUCADOR, ELE PODERÁ PERCEBER QUE TEM UM INSTRUMENTO FORMIDÁVEL PARA QUALIFICAR-SE E ENFRENTAR, NÃO SÓ AS NECESSIDADES RELACIONADAS AO MUNDO DO TRABALHO, MAS TAMBÉM TERÁ OPORTUNIDADE DE COMPREENDER, ATRAVÉS DE UMA LEITURA CRÍTICA, AS COISAS QUE ESTÃO À SUA VOLTA, TORNANDO-SE CAPAZ DE RESOLVER PROBLEMAS E NÃO MAIS ESPERAR PELAS SOLUÇÕES. Parte desta reflexão sobre jovens e adultos e o mundo do trabalho deve reconhecer o que a economia solidária produz no Brasil, como uma das muitas possibilidades de enfrentamento de modelos padronizados pelo sistema capitalista para a geração de sustentabilidade e renda. Iniciativas como organização de associações e cooperativas de produção e VENDA, revitalização da agricultura familiar e descoberta de novos campos produtivos que respeitem a vocação local e condições ambientais são desafios para jovens e adultos trabalhadores.

44. A relação EJA/saúde também aponta a necessidade de desconstrução de uma lógica que se materializou nas últimas décadas por meio do binômio saúde/doença, que reduziu a saúde ao “combate a doenças”. Condições precárias de sobrevivência de grande parte de jovens e adultos brasileiros os afastam da possibilidade de vida saudável, com alimentação adequada, condições sanitárias e de moradia, segurança e transporte apropriados, com direito a lazer e a manifestações culturais. A falta desses componentes mínimos para a existência contribui para a reprodução de uma população adoecida.

Distorções causadas pela má distribuição de renda no Brasil têm conduzido à busca de “cura de doenças”, muito mais do que à promoção da saúde. Organizar-se para enfrentar essa condição desumana de sobrevivência é fundamental, mas não suficiente. ~~De que forma jovens e adultos podem reconstituir, com base na rica e diversa formação étnico-cultural, hábitos saudáveis de alimentação, de utilização de e manejo de recursos naturais, de lazer e descanso, fundamentais para a produção de uma vida com saúde?~~

44. A relação EJA/saúde também aponta a necessidade de desconstrução de uma lógica que se materializou nas últimas décadas por meio do binômio saúde/doença, que reduziu a saúde ao “combate a doenças”. Condições precárias de sobrevivência de grande parte de jovens e adultos brasileiros os afastam da possibilidade de vida saudável, com alimentação adequada, condições sanitárias e de moradia, segurança e transporte apropriados, com direito a lazer e a manifestações culturais. ASSIM, A DESCONSTRUÇÃO DESSE BINÔMIO SE DÁ INCORPORANDO O CARÁTER PREVENTIVO À REALIDADE DO EDUCANDO DA EJA NO ESPAÇO ESCOLAR. É NECESSÁRIO QUE O ESTADO GARANTA O SANEAMENTO BÁSICO, BUSCANDO A “PROMOÇÃO DA SAÚDE”, ATRAVÉS DE POLÍTICAS

INTEGRADAS ENTRE AS INSTÂNCIAS GOVERNAMENTAIS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO, VISANDO A UMA MOBILIZAÇÃO PERMANENTE PARA PRODUÇÃO DE UMA VIDA COM SAÚDE. A falta desses componentes mínimos para a existência contribui para a reprodução de uma população adoecida. Distorções causadas pela má distribuição de renda no Brasil têm conduzido à busca de “cura de doenças”, muito mais do que à promoção da saúde. Organizar-se para enfrentar essa condição desumana de sobrevivência é fundamental, mas não suficiente. OS JOVENS E ADULTOS PODEM RECONSTITUIR, COM BASE NA RICA E DIVERSA FORMAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL, HÁBITOS SAUDÁVEIS DE ALIMENTAÇÃO, DE UTILIZAÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS, DE LAZER E DESCANSO, FUNDAMENTAIS PARA A PRODUÇÃO DE UMA VIDA COM SAÚDE.

INCLUSÃO: 44a. Faz-se necessário garantir a permanência dos educandos nas turmas de EJA. Dessa forma, deve-se atentar para ações específicas que possibilitem a acuidade visual e orientem os profissionais de educação a detectar deficiências de visão e encaminhar os educandos à solução de seus problemas, pois a maior parte deles, economicamente vulneráveis e idade avançada, é acometida por problemas de visão e não possui condições financeiras para exames oftalmológicos, nem aquisição de óculos. É necessário pensar em políticas públicas que garantam essas ações.

45. O desafio da relação do mundo do trabalho e da saúde na vida de jovens e adultos está intimamente relacionado à forma como esses sujeitos interagem com o ambiente, entendido aqui como espaço de vivência entre seres humanos e natureza como um todo. O sentido de preservação humana relacionado à consciência de respeito aos limites e às possibilidades impostos pelas condições físicas e biológicas do planeta constituem a ética do tempo presente. ~~Como pensar a produção da existência e uma vida saudável de jovens e adultos que não destruam os demais elementos da natureza? Como mudar hábitos já incorporados à prática cotidiana que contribuem para colocar em risco a nossa própria existência?~~

45. O desafio da relação do mundo do trabalho e da saúde na vida de jovens e adultos está intimamente relacionado à forma como esses sujeitos interagem com o ambiente, entendido aqui como espaço de vivência entre seres humanas e natureza como um todo. O sentido de preservação humana relacionado à consciência de respeito aos limites e às possibilidades impostas pelas condições físicas e biológicas do planeta constituem a ética do tempo presente. A EJA DEVE PENSAR A PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA DE UMA VIDA SAUDÁVEL AOS JOVENS, ADULTOS E IDOSOS OPORTUNIZANDO-LHES REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS ELEMENTOS DA NATUREZA E PROPOR MUDANÇAS DE HÁBITOS JÁ INCORPORADOS À PRÁTICA COTIDIANA COMO: COLETA SELETIVA DE LIXO, COMBATE A QUEIMADAS, RECICLAGEM, ENTRE OUTROS. ESTAS MUDANÇAS CONTRIBUEM PARA SUPERAR OS FATORES QUE COLOCAM EM RISCO A NOSSA EXISTÊNCIA.

46. Outro campo de produção da existência de jovens e adultos que desafia a EJA é o da cultura. Cultura compreendida como produção de símbolos e significados humanos relacionados a diferentes formas de expressão e representação do mundo, com forte interseção com o que homens e mulheres produzem no mundo do trabalho, em condições ideais de saúde, com e a partir de todos os elementos que se encontram no ambiente em que vive e convive. Nesse campo o povo brasileiro demonstra

extraordinário acúmulo, todavia subsumido ao que pode ser chamado de cultura de massa, ou massificação cultural promovida em especial pela banalização da existência, produzida pelos meios de comunicação de massa. O desafio nesse campo é dar visibilidade ao já produzido e ao que se continua a produzir como representação ou visão da realidade, por meio da música, da expressão corporal, da dramaturgia, da produção textual, da produção artesanal, da ciberarte, entre outras. ~~Como a EJA pode ser um espaço de cultura na produção de conhecimentos?~~

46. Outro campo de produção da existência de jovens e adultos que desafia a EJA é o da cultura. Cultura compreendida como produção de símbolos e significados humanos relacionados a diferentes formas de expressão e representação do mundo, com forte interseção com o que homens e mulheres produzem no mundo do trabalho, em condições ideais de saúde, com e a partir de todos os elementos que se encontram no ambiente em que vive e convive. Nesse campo o povo brasileiro demonstra extraordinário acúmulo, todavia subsumido ao que pode ser chamado de cultura de massa, ou massificação cultural promovida em especial pela banalização da existência, produzida pelos meios de comunicação de massa. O desafio nesse campo é dar visibilidade ao já produzido e ao que se continua a produzir como representação ou visão da realidade, por meio da música, da expressão corporal, da dramaturgia, da produção textual, da produção artesanal, da ciberarte, entre outras. Dessa forma, a EJA deve ser um espaço que agrega multiculturas, diferentes vivências e vários saberes, contemplando em seu currículo os conteúdos teórico-metodológicos. **COM ESTE ESPAÇO MULTICULTURAL HÁ, ENTRE OS EDUCANDOS DA EJA, UM RECONHECIMENTO DOS VALORES INDIVIDUAIS E CULTURAIS SOMANDO-SE OU TENSIONANDO-SE AOS VALORES INSTITUCIONAIS.**

47. Todos os campos abordados desafiam a implementação de políticas públicas para jovens e adultos com a necessária intersetorialidade que dê conta da complexidade desses campos na relação que estabelecem com a EJA. ~~Políticas que se materializem mesmo como projetos e programas,~~ com clara interseção entre meios e fins, implicam desafio de articulação e gestão entre entes governamentais — governo federal, governos estaduais e governos municipais — e, ainda, obrigam ao exercício necessário de definição do papel articulador de cada órgão de governo, quando se trata da implementação de políticas de cada campo, que envolvem a produção de conhecimentos de jovens e adultos.

47 Todos os campos abordados desafiam a implementação de políticas públicas **DE ESTADO** para jovens e adultos com a necessária intersetorialidade que dê conta da complexidade desses campos na relação que estabelecem com a EJA. **AÇÕES QUE DEVEM SER MATERIALIZADAS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO** com clara interseção entre meios e fins, implicam desafio de articulação e gestão entre entes governamentais — governo federal, governos estaduais e governos municipais — e, ainda, obrigam ao exercício necessário de definição do papel articulador de cada órgão de governo, quando se trata da implementação de políticas de cada campo, que envolvem a produção de conhecimentos de jovens e adultos.

48. Um elemento fundamental no reconhecimento do valor e do significado do aspecto intersetorial da EJA é o diálogo entre órgãos de governo, responsáveis pela implementação de políticas públicas e a sociedade civil demandante dessas políticas. Especial destaque deve ser dado aos movimentos sociais que atuam na EJA, interlocutores indispensáveis no processo de construção de políticas voltadas a jovens e

adultos. Quer sejam fóruns de EJA ou demais movimentos ligados à luta pela terra, à luta sindical, aos direitos de mulheres, de afrodescendentes e de indígenas, todos têm exercido papel inquestionável na proposição de diálogo e na construção de alternativas que resultem em políticas públicas conseqüentes para jovens e adultos. Por esta razão, ~~o papel desempenhado pela SECAD/MEC na articulação de políticas em diálogo com a sociedade tem sido fundamental, na experiência democrática de gestão.~~

48. Um elemento fundamental no reconhecimento do valor e do significado do aspecto intersetorial da EJA é o diálogo entre órgãos de governo, responsáveis pela implementação de políticas públicas DE ESTADO e a sociedade civil demandante dessas políticas. Especial destaque deve ser dado aos movimentos sociais que atuam na EJA, interlocutores indispensáveis no processo de construção de políticas de estado voltadas a jovens e adultos. Quer sejam fóruns de EJA ou demais movimentos ligados à luta pela terra, à luta sindical, aos direitos de mulheres, de afrodescendentes e de indígenas, todos têm exercido papel inquestionável na proposição de diálogo e na construção de alternativas que resultem em políticas públicas DE ESTADO conseqüentes para jovens e adultos. Por esta razão, a SECAD/MEC DEVE ARTICULAR AÇÕES COMO POLÍTICAS DE ESTADO em diálogo com a sociedade, na experiência democrática de gestão.

INCLUSÃO: 48.a. O diálogo entre instâncias de governo e sociedade civil é um importante caráter intersetorial da EJA. A implantação de uma agenda permanente de mobilização permitirá identificar políticas públicas de estado voltadas aos educandos de EJA, numa perspectiva de articulação institucional e de integração de cadastros emitidos por estes órgãos, visando ao acesso à escolarização e permanência das pessoas jovens, adultas e idosas.

INCLUSÃO:48 b. O diálogo entre instâncias de governo e sociedade civil é um importante caráter intersetorial da EJA. A implantação de uma agenda interinstitucional permanente de mobilização pela alfabetização/EJA entre governo e sociedade civil permitirá: a definição de ações e estratégias para identificação e encaminhamento da população não alfabetizada e de baixa escolaridade as Turmas de Alfabetização e EJA; A proposição de ações que contribuam para permanência dos educandos no processo de escolarização.

INCLUSÃO: 48 c.. Faz-se necessário integrar os sistemas de cadastramento de beneficiários dos programas e projetos sociais (Cadastro Único da Assistência Social, do SUS, do SINE, do PRONAF, dentre outros) geridos pelos diversos órgãos e instâncias governamentais viabilizando a identificação dos jovens, adultos e idosos não alfabetizados e de baixa escolarização, no intuito de repassar as informações neles contidos às instituições alfabetizadoras e aos educadores. Constituir um sistema integrado de cadastros sociais e disponibilizá-los aos processos de mobilização pela alfabetização e escolarização possibilita a publicação e democratização das informações registradas e sistematizadas, ressignificando-as.

49. O diagnóstico da realidade de jovens e adultos, todavia, demonstra a desarticulação ~~ainda existente nas ações governamentais, o que não contribui com o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para jovens e adultos. O que pode ser evidenciado como avanço? Pode-se apontar a construção de uma nova institucionalidade na relação entre governo e sociedade civil, no que se refere ao traçado da política intersetorial para a EJA? Mas, o que ainda precisa ser feito para que a intersetorialidade na EJA deixe de ser um problema e passe a constituir um aspecto positivo nas políticas públicas?~~

49. O diagnóstico da realidade de jovens e adultos, todavia, demonstra a desarticulação, A FRAGMENTAÇÃO, A DISPERSÃO DE RECURSOS, A SOBREPOSIÇÃO E A CONCORRÊNCIA DAS ações governamentais, o que não contribui com o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para jovens e adultos, SOBRETUDO PORQUE DISTANTE DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA. O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES PARA JOVENS, ADULTOS E IDOSOS PASSA PELA ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E INSTÂNCIAS GOVERNAMENTAIS, QUE DEVEM SE ATENTAR AOS CLAMORES DOS SUJEITOS DE EJA. QUANDO AS VOZES DESSES PASSAM A SER OUVIDAS, CONSTITUEM-SE AVANÇOS, POIS SE ESTABELECE UMA RELAÇÃO DE POLÍTICAS DE DIREITOS E DE AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA. PARA QUE A INTERSETORIALIDADE NA EJA PASSE A CONSTITUIR UM ASPECTO POSITIVO, FAZ-SE NECESSÁRIO A INTEGRAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE CONTRIBUINDO PARA A GARANTIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NUMA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO QUE PRIORIZE ENSINO DE QUALIDADE E FORMAÇÃO PLENA DE CIDADANIA.

EJA no Sistema Nacional de Educação: gestão, recursos e financiamento

50. Diante dos desafios enunciados, a necessidade de que a EJA se integre a um sistema nacional de educação capaz ~~de oferecer oportunidade de acesso, garantia de permanência e qualidade~~ a jovens e adultos para a conclusão da educação básica é também inadiável. Todos os esforços feitos pelo Brasil, nesse campo, em especial a partir da Constituição Federal de 1988 que preceitua no Art. 208 a educação como direito de todos e dever do Estado; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passa a assumir a EJA como modalidade da educação; e da Resolução CEB/CNE nº. 11/2000 que reafirma a especificidade desta modalidade demonstram que a cobertura é ínfima, se comparada ao número de brasileiros que não possuem educação básica, e que a oferta existente ainda está longe de corresponder às reais necessidades de jovens e adultos brasileiros.

50. Diante dos desafios enunciados, a necessidade de que a EJA se integre a um sistema nacional de educação capaz DE GARANTIR O DIREITO AO ACESSO, À PERMANÊNCIA, A TERMINALIDADE E À QUALIDADE DE ENSINO a jovens e adultos para a conclusão da educação básica é também inadiável. Todos os esforços feitos pelo Brasil, nesse campo, em especial a partir da Constituição federal de 1988 que preceitua no Art. 208 a educação como direito de todos e dever do Estado; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passa a assumir a EJA como modalidade da educação; e da Resolução CEB/CNE nº. 1/2000 que reafirma a especificidade desta modalidade, demonstram que a cobertura é ínfima, se comparada ao número de brasileiros que não possuem educação básica, e que a oferta existente ainda está longe de corresponder às reais necessidades de jovens e adultos brasileiros.

51. O desafio de fortalecer o atendimento e a qualidade na EJA é tarefa que exige repensar o atual modelo de colaboração, ~~que deixa indefinida~~ a responsabilidade dos entes federativos. A União tem o papel indutor e coordenador da política pública de educação como um todo. No campo da EJA, historicamente, tem sido fundamental que a União cuide das escolhas e dos rumos da política proposta, pela influência que exerce sobre os demais entes federativos e, neste caso, especificamente, pela representação do MEC. Estados e municípios, na sua tarefa profícua de execução direta para a garantia da

oferta de EJA como direito à educação, acompanham a orientação do governo federal no que diz respeito ao preceito constitucional e, ainda, utilizam-se do princípio da autonomia federativa no que concerne a modelos pedagógicos e administrativos que melhor respondem aos desafios postos pela diversidade dos sujeitos, explicitados neste documento.

51. O desafio de fortalecer o atendimento e a qualidade na EJA é tarefa que exige repensar o atual modelo de colaboração, NO SENTIDO DE DEFINIR a responsabilidade dos entes federativos. QUE A EJA SEJA GARANTIDA PELO PODER PÚBLICO, COMO RESPONSABILIDADE DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS, NA SUA FORMA PÚBLICA E GRATUITA. A União tem o papel indutor e coordenador da política pública de educação como um todo. No campo da EJA, historicamente, tem sido fundamental que a União cuide das escolhas e dos rumos da política proposta, pela influência que exerce sobre os demais entes federativos e, neste caso, especificamente, pela representação do MEC. Estados e municípios, na sua tarefa profícua de execução direta para a garantia da oferta de EJA como direito à educação, acompanham a orientação do governo federal no que diz respeito ao preceito constitucional e, ainda, utilizam-se do princípio da autonomia federativa no que concerne a modelos pedagógicos e administrativos que melhor respondem aos desafios postos pela diversidade dos sujeitos, explicitados neste documento.

52. Reconhecer o direito à organização do atendimento a jovens e adultos em tempos e espaços pedagógicos diferenciados no sistema nacional de educação ~~pode~~ romper com a reprodução da oferta de EJA nos velhos moldes do ensino supletivo: educação aligeirada e compensatória, com base em justificativa equivocada de que os “~~alunos~~ têm pressa, por isso a escola oferece pouco conteúdo em pouco tempo”. A realidade de propostas mais conseqüentes de EJA tem tensionado esse raciocínio e demonstrado que não há como pensar em educação como direito público subjetivo para jovens e adultos sem clara definição no sistema de ensino quanto a mudanças necessárias nas estratégias de acesso, permanência e qualidade do conhecimento produzido.

52. Reconhecer o direito à organização do atendimento a jovens e adultos em tempos e espaços pedagógicos diferenciados no sistema nacional de educação DEVE romper com a reprodução da oferta de EJA nos velhos moldes do ensino supletivo: educação aligeirada e compensatória, com base em justificativa equivocada de que os “EDUCANDOS têm pressa, por isso a escola oferece pouco conteúdo em pouco tempo”. A realidade de propostas mais conseqüentes de EJA tem tensionado esse raciocínio e demonstrado que não há como pensar em educação como direito público subjetivo APENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL para jovens e, adultos e IDOSOS sem clara definição no sistema de ensino quanto a mudanças necessárias nas estratégias de acesso, permanência e qualidade do conhecimento produzido.

53. No que se refere a acesso, retomar por princípio o sujeito da ação educativa na EJA compreende a necessidade de diversificar formas de entrada na educação básica, não apenas no que se refere a romper com tempos determinados de matrícula, mas garantir que a entrada e o retorno às classes de EJA possam se dar ao longo de todo o processo de andamento do projeto pedagógico. Enfrentar questões de acesso é também reconhecer que o público jovem e adulto precisa ser conquistado para voltar ao sistema, ser convencido de que vale a pena estudar e de que a escola que o espera tem outro formato daquela que abandonou ou de que foi excluído, anos antes. Não há acesso sem mobilização de demanda e, nesse aspecto, toda a sociedade civil ~~precisa ser forte aliada~~

~~do sistema de EJA. Poder público e sociedade organizada, juntos, podem reverter a visão negativa que marca o imaginário de jovens e adultos sobre a escola.~~

53. No que se refere a acesso, retomar por princípio o sujeito da ação educativa na EJA compreende a necessidade de diversificar formas de entrada na educação básica, não apenas no que se refere a romper com tempos determinados de matrícula, mas garantir que a entrada e o retorno às classes de EJA possam se dar ao longo de todo o processo de andamento do projeto pedagógico. Enfrentar questões de acesso é também reconhecer que o público jovem e , adulto e idoso precisa ser conquistado para voltar ao sistema, ser convencido de que vale a pena estudar e de que a escola que o espera tem outro formato daquela que abandonou ou de que foi excluído, anos antes. Não há acesso sem mobilização de demanda e, nesse aspecto, O PODER PÚBLICO E toda a sociedade, JUNTOS, PRECISAM SER FORTES ALIADOS DA EJA.

54. A mobilização pode ser feita por meio de chamada pública para matrícula; do convencimento da população por intermédio de lideranças sindicais, religiosas e associativas; do comprometimento das empresas com a escolarização de seus funcionários, entre outras medidas, o que não resolve isoladamente a questão de EJA, se o sistema não repensar também a educação básica que está oferecendo. Permanência tem a ver também com o que se encontra na escola; com a formação dos professores para lidar com o público jovem e adulto; com as condições materiais da escola para oferecer educação de qualidade; com o tratamento dispensado aos estudantes que, na condição de “não-crianças”, já têm ou ainda não têm expectativas muito claras quando retornam aos bancos escolares.

54. A mobilização pode ser feita por meio de chamada pública para matrícula; do convencimento da população por intermédio de lideranças sindicais, religiosas e associativas; do comprometimento das empresas com a escolarização de seus funcionários, POR MEIO DA REDUÇÃO DA JORNADA DO TRABALHO DO EDUCANDO/ TRABALHADOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, entre outras medidas, o que não resolve isoladamente a questão de EJA, se o sistema não repensar também a educação básica que está oferecendo.

INCLUSÃO: 54. a (Desmembram o item 54)- Permanência tem a ver também com o que se encontra na escola; com a formação, A CARREIRA E SALÁRIO dos professores para lidar com o público jovem e adulto; com as condições materiais da escola para oferecer educação de qualidade; com o tratamento dispensado aos estudantes que, na condição de “não-crianças”, já têm ou ainda não têm expectativas muito claras quando retornam aos bancos escolares.

55. Permanência também tem a ver com o tema da intersetorialidade da EJA, pois o retorno à escola e o sentido do conhecimento ali produzido estão relacionados à vida e ao cotidiano das pessoas que convivem no mundo do trabalho, que precisam saber cuidar da saúde, que produzem cultura, que precisam reaprender, na convivência com o ambiente em que habitam. Portanto, é um desafio inter e extra-escolar, o que exige da EJA saber exatamente o que se passa do lado de fora dos muros da escola, o que em grande medida indica condições de permanência ou não de jovens e adultos nela.

56. Além da difícil tarefa de mobilização de jovens e adultos para retorno à escola, do desafio de fazê-los permanecerem no sistema escolar, há um elemento fundamental que a EJA precisa enfrentar: ~~como fazer para que conhecimentos produzidos sejam significativos, tenham qualidade e permitam aos estudantes maior autonomia para serem~~

~~sujeitos da própria história? Retornar à escola, participar de um processo em que a certificação é um fim em si mesmo, não parece ser o caminho apropriado para a EJA. O país ainda carece de avaliação mais cuidadosa e de âmbito nacional do processo de certificação de conhecimentos que utiliza há mais de trinta anos: os exames supletivos. Como e quando pautar a discussão da certificação de conhecimentos?~~

56. Além da difícil tarefa de mobilização de jovens e adultos para retorno à escola, do desafio de fazê-los permanecerem no sistema escolar, há um elemento fundamental que a EJA precisa enfrentar: fazer com que os conhecimentos produzidos sejam significativos, tenham qualidade e permitam aos estudantes maior autonomia para serem sujeitos da própria história. Retornar à escola, participar de um processo em que a certificação é um fim em si mesmo, não É o caminho apropriado para a EJA. O país ainda carece de avaliação mais cuidadosa e de âmbito nacional do processo de certificação de conhecimentos que utiliza há mais de trinta anos: os exames supletivos (dúvida quanto a permanência). NESTE SENTIDO, DE ACORDO COM AS DELIBERAÇÕES DO IX ENEJA, CABE AOS ESTADOS A OFERTA DOS EXAMES, SENDO DESTES A RESPONSABILIDADE POR SUA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO E NÃO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ONDE HÁ A SUA APLICAÇÃO, REAFIRMAMOS A NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO NACIONAL QUANTO À EFICÁCIA DOS EXAMES.

57. Discutir qualidade da educação implica reconhecer que a EJA precisa ter definição clara de estratégias didático-pedagógicas, como já tratado anteriormente. Precisa, ainda, reconhecer a dinâmica diferenciada da vida e da trajetória escolar dos sujeitos da EJA. ~~Por fim, precisa~~ apresentar condições materiais concretas para sua sustentabilidade, o que representa ter ~~uma estratégia~~ coerente de gestão, de recursos financeiros e humanos compatíveis com as necessidades demandadas pelos desafios da EJA.

57. Discutir qualidade da educação implica reconhecer que a EJA precisa ter definição clara de estratégias didático-pedagógicas, como já tratado anteriormente. Precisa, ainda, reconhecer a dinâmica diferenciada da vida e da trajetória escolar dos sujeitos da EJA. DEVE apresentar condições materiais concretas para sua sustentabilidade, o que representa ter A GARANTIA coerente de gestão, de recursos PÚBLICOS financeiros e humanos compatíveis com as necessidades demandadas pelos desafios da EJA. OS RECURSOS TRIBUTÁRIOS DEVEM SER REVISTOS DE MODO A SEREM DESTINADOS PARA O SISTEMA PÚBLICO, COM CONTROLE SOCIAL E QUE SEJAM PASSÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A UNIÃO.

58. A gestão da EJA no sistema nacional de educação também implica a necessária opção pelo processo participativo e democrático, tendo em vista que os sujeitos de EJA precisam ser envolvidos nas tomadas de decisão no que se refere à organização de currículos, às estratégias de acesso e permanência e à qualidade da educação ofertada nesse sistema. O diálogo entre os gestores de sistemas públicos de ensino que ofertam EJA e os sujeitos dessa modalidade concorre para a superação de práticas de culpabilização de jovens e adultos pelo “não-saber” e propiciam a construção de uma relação de co-responsabilidade na gestão da modalidade de ensino. Uma estratégia de gestão adequada à EJA precisa contar com o reconhecimento do que é específico dessa modalidade, por parte do Conselho de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) — coletivos de gestores de estados e de municípios, fundamentais na construção da política pública de educação. Do mesmo modo é necessária clareza sobre a especificidade da EJA por parte do

Conselho Nacional de Educação e dos respectivos conselhos estaduais e municipais e de seus representantes em nível nacional.

59. Como reconhecimento da singular e imprescindível contribuição efetiva ~~do movimento social~~ dos fóruns estaduais/distrital/regionais de educação de jovens e adultos no Brasil, resultante da mobilização e organização preparatórias, desde 1996, da V CONFINTEA em 1997, a gestão do governo federal na formulação das políticas públicas de EJA se faz com a representação destes sujeitos coletivos na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, nas reuniões técnicas bianuais e no apoio político-financeiro anual aos Encontros Nacionais de EJA, aos Seminários Nacionais de Formação de Educadores de Jovens e Adultos e à criação e desenvolvimento do Portal de Fóruns EJA Brasil.

59. Como reconhecimento da singular e imprescindível contribuição efetiva dos fóruns estaduais/distrital/regionais de educação de jovens e adultos no Brasil, resultante da mobilização e organização preparatórias, desde 1996, da V CONFINTEA em 1997, a gestão do governo federal na formulação das políticas públicas de EJA se faz com a representação destes sujeitos coletivos na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, nas reuniões técnicas bianuais e no apoio político-financeiro anual aos Encontros Nacionais de EJA, aos Seminários Nacionais de Formação de Educadores de Jovens e Adultos e à criação e desenvolvimento do Portal de Fóruns EJA Brasil.

60. A gestão e o conceito de parceria mudaram substantivamente, em relação ao modelo anterior do programa de alfabetização, traduzido pela ação do Programa Alfabetização Solidária. Quando é criado o Programa Brasil Alfabetizado pelo governo federal em 2003, ~~dois desafios passam a ser enfrentados: primeiro, a expectativa de continuidade à alfabetização, para que se cumprisse o princípio do direito à educação para todos, independente da idade, tarefa que exigia o envolvimento e a chamada à responsabilidade de municípios, primordiais parceiros do Programa; segundo, de que o esforço ético precisava do concurso de toda a sociedade para cumprir o direito, ampliando cada vez mais os dados quantitativos de atendimento e enraizando a EJA nos sistemas públicos.~~

60. A gestão e o conceito de parceria mudaram substantivamente, em relação ao modelo anterior do programa de alfabetização, traduzido pela ação do Programa Alfabetização Solidária. Reconhece-se o Programa Brasil Alfabetizado CRIADO pelo governo federal em 2003, ENTRETANTO, HÁ A NECESSIDADE DE CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO QUE SUPERE O MODELO DE PROGRAMAS E DE PROJETOS DE GOVERNO NO ÂMBITO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, A PARTIR DE UMA EFETIVA AVALIAÇÃO ENTRE OS ENVOLVIDOS.

INCLUSÃO: 60.a. A necessária e imediata garantia de recursos financeiros complementares ao FUNDEB (até a sua implantação integral) pelo Governo Federal, aos Estados e Municípios, para a viabilização da oferta da continuidade da escolarização pós-alfabetização, possibilitando condições estruturais (contratação de professores, material didático, adequação de espaços físicos, transporte e alimentação escolar) voltados a esta área. A garantia de incentivos para a continuidade da escolarização de jovens, adultos e idosos alfabetizados é pressuposto fundamental para a efetividade das ações desenvolvidas pelo Programa Brasil Alfabetizado.

61. Do mesmo modo, o conceito de parceria e gestão se reformula no esforço de

intersectorialidade entre campos de conhecimento da EJA e a ação de variados órgãos públicos e Ministérios, com a aproximação e a interseção que se estabelece com programas voltados à economia solidária, às juventudes, aos saberes da terra, das águas, à educação nas prisões, à atenção à saúde.

61. Do mesmo modo, o conceito de parceria e gestão se reformula no esforço de intersectorialidade entre os campos de conhecimento da EJA e a ação DOS GESTORES DOS variados órgãos públicos e Ministérios, com a aproximação e a interseção que se estabelece com programas voltados à economia solidária, às juventudes, aos saberes da terra, das águas, à educação nas prisões, à atenção à saúde.

62. No que tange aos recursos humanos, ainda há um grande desafio no Brasil em relação à formação de professores e gestores que atuam na EJA. Apesar de todo o esforço dos sistemas na formação continuada de professores de redes públicas, é tímido o resultado desse investimento. Quanto à formação inicial em nível superior, uma grande lacuna existe nas licenciaturas quanto ao reconhecimento da EJA como locus de formação específica. Mesmo na formação de pedagogos, considerando o elevado número de cursos superiores existentes no país (mais de mil e quinhentos), são poucos aqueles que, sistematicamente, assumem a formação de educadores de jovens e adultos (menos de 2%). É de reconhecer as iniciativas pontuais e crescentes de vários desses cursos ao incluir disciplinas que abordam a EJA e/ou ao criar núcleos que dinamizam a prática e a formação específica desse educador.

62. No que tange aos recursos humanos, ainda há um grande desafio no Brasil em relação à formação de professores e gestores que atuam na EJA. Apesar de todo o esforço dos sistemas na formação continuada de professores de redes públicas, é tímido o resultado desse investimento. Quanto à formação inicial em nível superior, uma grande lacuna existe nas licenciaturas quanto ao reconhecimento da EJA como locus de formação específica. Mesmo na formação de LICENCIADOS EM PEDAGOGIA, considerando o elevado número de cursos superiores existentes no país (mais de mil e quinhentos), são poucos aqueles que, sistematicamente, assumem a formação de educadores de jovens e adultos (menos de 2%). É de reconhecer as iniciativas pontuais e crescentes de vários desses cursos ao incluir disciplinas que abordam a EJA e/ou ao criar núcleos que dinamizam a prática e a formação específica desse educador.

63. Desde a década de 1990, a pós-graduação nas universidades vem-se empenhando no estímulo, no desenvolvimento e na formação de pesquisadores em EJA. Há que se destacar as contribuições aportadas aos Seminários de EJA no Congresso de Leitura do Brasil (COLE), ao ~~Grupo de Trabalho de EJA (GT 18)~~ na Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Educação (ANPEd) e os inúmeros trabalhos apresentados anualmente nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A realização do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, em 2006, e sua continuidade em 2007 no II Seminário, demonstrou a intensificação do investimento em programas de pesquisa e formação de gestores e educadores de jovens e adultos com significativa contribuição das universidades públicas e da ANPEd. Também em 2006 o lançamento de edital para projetos de pesquisa e formação stricto sensu no âmbito do Programa de Educação Profissional Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA (PROEJA) pela CAPES/SETEC representa uma primeira iniciativa voltada especificamente para esse campo. Ainda a experiência do curso de Educação na Diversidade promovido pela SECAD/MEC, com mediação das TICs, também demonstrou as possibilidades de um ambiente novo e promissor para a formação.

63. Desde a década de 1990, a pós-graduação nas universidades vem-se empenhando no estímulo, no desenvolvimento e na formação de pesquisadores em EJA. Há que se destacar as contribuições aportadas aos Seminários de EJA no Congresso de Leitura do Brasil (COLE), AOS GTs DE EJA (GT 18) E TRABALHO (gt 09) na Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Educação (ANPEd) e os inúmeros trabalhos apresentados anualmente nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A realização do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, em 2006, e sua continuidade em 2007 no II Seminário, demonstrou a intensificação do investimento em programas de pesquisa e formação de gestores e educadores de jovens e adultos com significativa contribuição das universidades públicas e da ANPEd. Também em 2006 o lançamento de edital para projetos de pesquisa e formação *stricto sensu* no âmbito do Programa de Educação Profissional Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA (PROEJA) pela CAPES/SETEC representa uma primeira iniciativa voltada especificamente para esse campo. Ainda a experiência do curso de Educação na Diversidade promovido pela SECAD/MEC, com mediação das TICs, também demonstrou as possibilidades de um ambiente novo e promissor para a formação. QUE AS TICS SEJAM MAIS UM RECURSO NA FORMAÇÃO CONTINUADA NÃO SUBSTITUINDO A FORMA PRESENCIAL.

INCLUSÃO: 63 a Faz-se necessário um salto de três ordens na formação de educadores-pesquisadores na EJA: (1) Imediata abertura de vagas estratégicas, por concurso público, com dedicação exclusiva nas faculdades de educação das IFEs, de maneira a atender a demanda social por formação específica para EJA nos cursos de licenciatura, além de fomentar a linha de pesquisa em EJA na pós-graduação *strictu sensu*; (2) fomentar cursos de especialização (*lato sensu*), para professores da educação básica, das redes públicas, como política de estado nos programas de pós-graduação em educação das IFEs, de maneira a viabilizar, gratuitamente, a formação inicial e continuada de professores pesquisadores a partir de seu trabalho docente; (3) em direção semelhante, transformar o PROEJA em política pública de estado, ou seja, ao invés de editais anuais, o governo federal deverá prover ampliação de quadro docente nas IFEs, viabilizando tanto, a formação *lato sensu e stricto sensu* de professores do Ensino Médio e Pós-graduação, vinculados à Educação Tecnológica.

64. O financiamento específico para a EJA por meio do FUNDEB, na mesma lógica do financiamento da educação básica, é uma conquista que precisa ser destacada, permanecendo ainda o desafio do tratamento isonômico ~~de estudantes de EJA em relação aos demais do ensino fundamental e médio, além da participação efetiva, com controle social do uso dos recursos do Fundo. Como avaliar os desafios do investimento financeiro na EJA? Como superar esses desafios? Como discernir o financiamento público e custo da EJA, considerando o manifesto interesse de oferta da modalidade pelo setor privado com e sem o financiamento público, sobretudo, e com garantia de estabelecimento de mecanismos de controle social?~~

64. O financiamento específico para a EJA por meio do FUNDEB, na mesma lógica do financiamento da educação básica, é uma conquista que precisa ser destacada, permanecendo ainda, o desafio do tratamento isonômico DO FUNDEB. REQUER-SE AINDA FINANCIAMENTO ISONÔMICO COM OS DEMAIS NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCACAO BASICA NO QUE SE REFERE A MATERIAL DIDÁTICO, TRANSPORTE ESCOLAR E ALIMENTAÇÃO DE ESTUDANTES DA EJA.

INCLUSÃO64.a. Regulação, controle social e publicização sobre os recursos públicos repassados ao Sistema S e demais instituições privadas. Recomendamos a revisão e cessação desses repasses e destinando-os ao Sistema Público

C RECOMENDAÇÕES:

– Revisão crítica e emergencial da instituição dos exames supletivos e a normatização específica para os mesmos em nível nacional.

- Aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação e controle social sobre as IES privadas onde, em geral, a formação de professores se desenvolve em faculdades isoladas e instituições superiores que não têm entre suas funções a pesquisa e a investigação sobre a escola, o ensino e a educação.

- Garantia de que a formação inicial do professor seja feita exclusivamente na forma presencial, uma vez que formar educadores é formar para as relações, para o trabalho coletivo, para o convívio diário com jovens, adultos e crianças. Esse aprendizado, fundamental na formação do educador e da educadora, só pode se realizar numa práxis também coletiva e relacional.

As recomendações do Rio Grande do Sul foram incluídas em bloco, pois a plenária não teve condições de apreciar essas contribuições.

Sujeitos da EJA:

A EJA deve propiciar atendimento aos interesses do público jovem, adulto e idoso trabalhador com seus conhecimentos socialmente constituídos e com seus tempos próprios de aprendizagem.

Promover e facilitar levantamento de dados (recenseamento), municipais e estaduais.

O aluno terá como direito o acesso irrestrito à infra-estrutura proporcionada pela escola em todos os turnos, prioritariamente naquele em que estuda.

Garantir aos alunos com necessidades especiais o acesso e permanência, desde que exista estrutura material, recursos didáticos, profissionais habilitados e segurança, para um atendimento às suas especificidades.

A EJA, instituída como espaço de construção de cidadania, de transformação social, de autonomia moral deve assegurar o direito à educação a jovens e adultos. Mantendo os limites de idade, estabelecendo um debate nacional no que tange ao grande número de jovens na EJA.

Estratégias didático-pedagógicas para a EJA:

Existência ou criação de uma base comum no currículo:

Estabelecer um dia comum a nível regional para formação incluída na carga horária dos professores;

Respeito aos tempos dos educandos da EJA indica a necessidade de desvinculação do ano letivo ao ano civil, favorecendo acesso, permanência e o sucesso de suas trajetórias escolares.

Livro-didático como referencial e não como imposição através de avaliações externas;

Dia letivo vinculado à presença do professor;

Inclusão das áreas de conhecimento de sociologia e filosofia no currículo da EJA;

A escolarização será garantida mediante aulas presenciais e ministradas por professores habilitados, e, no caso da rede pública, que sejam concursados.

As concepções para o currículo da EJA devem considerar:

- educando ser presente, que significa evidenciar a historicidade da concretude do processo pedagógico, com sua complexidade, riqueza e particularidade, interdisciplinaridade, que busca romper com as divisões típicas das áreas de conhecimento a partir do aprofundamento desses saberes, onde a sala de aula se transforma em lugar de pesquisa; avaliação emancipatória com um caráter dialógico e formativo, sendo eminentemente qualitativa, com possibilidade de avanço a qualquer momento; ingresso permanente dos educandos e o afastamento frente às necessidades que a vida lhes impõe, com o direito de retorno a qualquer tempo.

Estratégias diversificadas, repensadas na realidade da demanda, baseadas no diagnóstico realizado em cada grupo, totalidade, escola, comunidade.

Intersetorialidade da EJA:

As diversas realidades nem sempre são pautadas por visões conscientes que contemplam questões éticas, sociais, culturais, de lazer, sustentabilidade e economia solidária. É fundamental o estudo da realidade da comunidade como busca constante de subsídios para organização do conhecimento coletivo, promovendo crescimento do grupo social e a melhoria na qualidade de vida para todos.

Reafirmamos a concepção da Economia Popular e Solidária na organização de um currículo que articule projetos, programas e iniciativas governamentais e associativas, retomando experiências na perspectiva da formação humana e solidária, mais cooperativa e coletiva.

A relação entre programas de Educação e trabalho em diferentes instâncias governamentais e da sociedade civil com a escolarização de jovens e adultos, quando existentes, devem ocorrer através de parcerias horizontais, articuladas e intersetoriais, de forma a promover o sistema ampliado de EJA.

Essas articulações devem se estender às áreas de promoção da qualidade de vida, vinculadas à saúde, geração de renda e trabalho;

Currículo que contemple a cultura e o lazer, facilitando e promovendo manifestações culturais, locais e regionais;

Educação de jovens e adultos no Sistema Nacional de Educação: gestão de recursos e financiamento

Garantia da modalidade EJA junto ao FUNDEB e à LDB, como garantia do recurso integral nos mesmos valores da educação básica;

A escolarização será garantida mediante aulas presenciais e com avaliação no processo, ministradas por professores habilitados e, no caso da rede pública, concursados.

Recenseamento anual, local e contínuo da população da EJA, vinculada ao financiamento, para melhor distribuição do mesmo;

Garantir plano de carreira específica para a área de EJA, com espaços de formação e qualificação permanente e em serviço, bem como uma ampliação da mesma para cursos superiores, de especialização, pós-graduação, mestrado;

As políticas devem garantir não apenas recursos, mas gestões democráticas de qualidade e responsabilidade social permitem a sustentabilidade. A participação da comunidade nesta gestão pública é essencial.

As recomendações de Santa Catarina foram incluídas em bloco, pois a plenária não teve condições de apreciar essas contribuições.

Tratamento isonômico por parte dos instrumentos regulamentadores em relação às outras modalidades de ensino tendo em vista a sua característica de formação continuada ao longo da vida das mulheres e dos homens;

Reconhecimento da EJA como direito do cidadão e garantia de ser ofertada não mais na forma de programas pontuais/eventuais ou filantrópicos, mas como políticas públicas efetivas;

Valorização dos profissionais que atuam na EJA e reconhecimento da importância social desta modalidade de ensino;

Oferta e garantia de formação inicial e continuada de educadores para a EJA;

Participação dos Fóruns Regionais e Estadual de EJA, na tomada de decisões de políticas públicas formuladas pelos Conselhos Estadual e Municipais de Educação.

Assumir o compromisso de discutir o financiamento público do Sistema S;

Desenvolver discussão ampla e aprofundada com as instituições de Ensino Superior

para realizarem a Formação Inicial em EJA. Essa formação deverá considerar as particularidades da EJA, as práticas pedagógicas que vêm sendo desenvolvidas na atualidade, assim como o conhecimento e a divulgação das pesquisas acadêmicas de EJA.

Mobilizar a comunidade universitária e sensibilizar os gestores universitários no sentido de desenvolver de viabilizar convênios com as redes de ensino para a realização de Cursos de Pós-graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado).

Assegurar investimento em Material Didático (livros e periódicos) e Tecnologias;

Propor políticas de acesso e permanência ao e no Ensino Médio e à Universidade Pública e Gratuita para os alunos de EJA;

Viabilização de convênios junto às Universidades Estadual, Federal e Privadas para realizarem a formação de educadores, valorizando o conhecimento sobre a EJA;

Equivalência de recursos financeiros para a EJA; de acordo com a Educação Básica que atende no âmbito das redes de ensino.

Acompanhamento e fiscalização dos números de estudantes declarados nos Censos Escolares na EJA.